



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 3524 - SP (2021/0224680-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : LWD EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA  
**ADVOGADOS** : MARCOS RICARDO CHIAPARINI - SP050481  
JOSE DIOGO BASTOS NETO - SP084209  
LEONARDO GUERZONI FURTADO DE OLIVEIRA - SP194553  
**REQUERIDO** : RICARDO DRATCU  
**ADVOGADOS** : CLITO FORNACIARI JÚNIOR E OUTRO(S) - SP040564  
FERNANDO HELLMEISTER CLITO FORNACIARI - SP194740  
CAROLINA DE CARVALHO GUERRA - SP174272

### **DECISÃO**

Trata-se de pedido de tutela de urgência deduzido por LWD EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, consistente na atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial interposto contra acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento.

Para tanto, afirma a requerente que foi proferida decisão em ação de dissolução parcial de sociedade em fase de cumprimento de sentença, intimando-lhe para efetuar o depósito do valor de R\$ 478.127,93, após o acolhimento parcial da impugnação por si apresentada.

Insurge-se contra o entendimento adotado pelas instâncias ordinárias de que os juros a serem aplicados ao débito devem ser calculados com base na taxa SELIC, o que, em seu entender, afronta o disposto no art. 406 do Código Civil e a jurisprudência desta Corte acerca do tema.

Discorre acerca da presença dos pressupostos necessários à concessão da liminar, apontando a necessidade de suspensão da execução originária para que seja obstado o levantamento do valor de R\$ 478.129,73, depositado no dia 28/6/2021, que corresponde ao suposto saldo complementar do título judicial.

Requer, por fim, a concessão de liminar para que seja suspensa a fase de cumprimento de sentença até o julgamento do recurso especial, impedindo-se o levantamento do valor depositado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De início, cumpre registrar que, embora não tenha a Presidência da Corte de origem realizado o juízo de admissibilidade do recurso especial, já proferiu decisão indeferindo o pedido de atribuição de efeito suspensivo, deflagrando-se com isso a competência deste Sodalício.

A propósito:

*AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. RECURSO ESPECIAL EM AÇÃO RESCISÓRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO AINDA PENDENTE DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE NA ORIGEM. SITUAÇÃO EXCEPCIONAL. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEFERIU O PEDIDO, DIANTE DA PRESENÇA DOS REQUISITOS (FUMUS BONI IURIS E*

PERICULUM IN MORA). INSURGÊNCIA DOS REQUERIDOS. RECURSO DESPROVIDO.

1. O inciso III do § 5º do art. 1.029 do CPC/2015 é expresso ao fixar a competência do Presidente do Tribunal de origem, ou de quem lhe faça as vezes, para apreciação de pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso especial "no período compreendido entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão do recurso".

2. No caso, embora ainda não tenha sido realizado o juízo de admissibilidade do apelo especial, a Vice-Presidência do Tribunal estadual já analisou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial, indeferindo-o, razão pela qual, a princípio, não há óbice a que o presente pedido de tutela provisória de urgência possa ser deduzido perante esta Corte Superior.

3. A atribuição de efeito suspensivo aos recursos extraordinários reveste-se de caráter excepcional, justificando-se apenas diante da presença de elementos que demonstrem a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (CPC/2015, arts. 300, 995 e 1.029, § 5º, I).

4. Na hipótese, os requisitos autorizadores para concessão da tutela provisória se fazem presentes, dada a relevância da questão suscitada - sucessão processual na fase de cumprimento de sentença da Federal de Seguros S.A., empresa que se encontrava em liquidação extrajudicial, pela Caixa Seguradora, a qual não foi parte no processo de conhecimento -, o que recomenda sua análise no julgamento do recurso especial (*fumus boni iuris*), assim como o *periculum in mora*, tendo em vista a determinação do prosseguimento dos atos de execução, após o julgamento de improcedência da ação rescisória, com a possibilidade de levantamento de quantia milionária. 5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no TP 1.740/RN, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 22/03/2019)

Na dicção do art. 300 do CPC, a tutela de urgência será deferida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

A concessão da medida pressupõe a constatação da presença simultânea dos requisitos autorizadores, vale dizer, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

No caso posto, a recorrente busca a reforma do acórdão que afastou a incidência da taxa SELIC como índice a ser adotado no cálculo dos juros moratórios.

A tese sustentada pela recorrente, a princípio, tem o condão de configurar a probabilidade de provimento do recurso, sobretudo diante do entendimento desta Corte de que "a taxa de juros de mora a que se refere o art. 406 do Código Civil de 2002 é a SELIC" (Tema repetitivo 112/STJ).

Nesse sentido:

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. JUROS DE MORA. TAXA SELIC. TERMO INICIAL.

DISSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. IMPUGNAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DEVIDOS. TEMAS 407, 408, 409 e 410 DO STJ. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS. GRADAÇÃO DO ART. 85, §2º DO CPC/15. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA EQUIDADE.

1. Embargos à execução, em fase de cumprimento de sentença.

2. **A taxa de juros de mora a que se refere o art. 406 do Código Civil de 2002 é a SELIC. Jurisprudência pacificada no STJ.**

3. Na espécie, o não provimento do recurso dos agravados na origem não impede a fixação dos honorários advocatícios nesta instância, em decorrência do acolhimento da impugnação e do provimento do recurso especial, o que se admitia na vigência do CPC/73 (REsp 1.134.186/RS, Corte Especial, DJe 21/10/2011, Temas repetitivos 407, 408, 409 e 410), e que igualmente deve ser admitido na vigência da nova legislação processual.

4. Os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados, em regra, com observância dos limites percentuais e da ordem de gradação da base de cálculo estabelecida pelo art. 85, § 2º, do CPC/2015, sendo subsidiária a aplicação do art. 85, § 8º, do CPC/2015, apenas possível na ausência de qualquer das hipóteses do § 2º do mesmo dispositivo (REsp 1.746.072/PR, 2ª Seção, DJe de 29/3/2019).

5. Agravo interno no recurso especial não provido.

(AgInt no REsp 1933103/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/06/2021, DJe 25/06/2021)

Por outro lado, o perigo de dano ressaí da constatação de que, se o valor depositado foi calculado com base em parâmetro diverso daquele sedimentado por esta Corte, a possibilidade de sua alteração recomenda a manutenção do depósito em conta judicial, até que sobrevenha decisão dirimindo a controvérsia.

Tal medida tem por escopo evitar prejuízos irreversíveis ao recorrente, além de resguardar o resultado útil do processo.

Ante o exposto, **defere-se o pedido de tutela provisória de urgência** para, atribuindo efeito suspensivo ao recurso especial interposto pela recorrente, obstar o levantamento da quantia depositada até julgamento do referido recurso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 20 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência